



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 14 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 21 de julho de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS

Governo promete ir ao STF contra isenção de ICMS para produção de tablets em SP 1
VEICULAÇÃO LOCAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

Brasil quer que Mercosul barre importados..... 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

Entraves à expansão dos portos 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

Pequenas empresas exportam 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

Telas de LED dominam mercado de televisores..... 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

Kasinski prepara mais um turno na fábrica de Manaus..... 9
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Inflação mais longe do controle 11
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Brasil continua a ter o juro real mais elevado do mundo, de 6,8% 13
VEICULAÇÃO NACIONAL

ÚLTIMO SEGUNDO

Pimentel diz que nova política industrial será lançada no dia 2 14
VEICULAÇÃO NACIONAL

AGÊNCIA ESTADO

Pimentel: nova política industrial será lançada no dia 2 15
VEICULAÇÃO NACIONAL

VEJA ONLINE

CNI quer medidas para amenizar efeitos de juros altos 16
VEICULAÇÃO NACIONAL

CONVERGÊNCIA DIGITAL

Desoneração da folha fica fora da lista de prioridades da política industrial 17
VEICULAÇÃO NACIONAL

FISCOLEX / NOTÍCIAS

SUFRAMA E SEBRAE/AM APOIAM PARTICIPAÇÃO DE 17 EMPRESAS REGIONAIS NA 7ª NATURAL TECH..... 18
VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTAL A CRÍTICA

Produção de tablets: Amazonas vai ao Supremo contra SP 20
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA
	TÍTULO Governo promete ir ao STF contra isenção de <u>ICMS</u> para <u>produção</u> de tablets em SP	
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE VEICULAÇÃO LOCAL

20 Jul 2011 . 18:02 h . Com informações da assessoria . portal@d24am.com

De acordo com o governador, a medida contraria decisão do STF há cerca de um mês, que suspendeu concessão de ICMS de vários estados sem a autorização do Confaz.

[i]

Manaus - O governador Omar Aziz anunciou, na manhã desta quarta-feira, que o Estado do **Amazonas** vai entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o Decreto 57.144, de 18 de julho de 2011, editado pelo Governo de São Paulo, que desonera a cobrança do Imposto sobre Circulação de **Mercadoria (ICMS)** para a produção de tablet, à revelia do Conselho Nacional de Fazenda (Confaz). A medida contraria decisão do STF há cerca de um mês, que suspendeu concessão de ICMS de vários estados sem a autorização do conselho formado por secretários de fazenda de todos os estados da federação.

Com o decreto, o governo paulista reduziu para 7% a tributação em operações de saída dos produtos de informática fabricados em São Paulo. Com os créditos do imposto que as empresas já gozam junto à Fazenda paulista, a alíquota do ICMS nessas operações cai para 0%. A principal desvantagem para o **Amazonas** está nas operações realizadas pelo comércio de São Paulo, que venderão o produto produzido por indústrias paulistas com alíquota de 7%, enquanto aqueles que são produzidos no Polo Industrial de **Manaus (PIM)** sofrerão alíquota de ICMS de 18%. Para o governador, a decreto paulista é uma medida inócua, pois os investidores sabem da insegurança jurídica da medida.

O decreto assinado pelo governador Geraldo Alckmin foi publicado na edição desta terça-feira, no Diário Oficial de São Paulo. Na ação que está sendo preparada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), com auxílio da Secretaria Estadual de Fazenda (Sefaz), o Governo do **Amazonas** vai sustentar que a medida é ilegal, tanto na forma, por não ter sido submetida ao Confaz, quanto no conteúdo, porque não pode haver regime de tributação diferenciado para um mesmo produto.

De acordo com o governador Omar Aziz, o governo paulista está usando o mesmo critério que utilizou para

produção de monitores e celulares e que prejudicou a produção destes bens no **PIM**. “O que é de se estranhar é que há cerca de um mês o Supremo decidiu sobre essa matéria. Essa guerra fiscal com São Paulo chega ao extremo. Se o **Governo Federal** não tomar providências imediatas dando competitividade aos nossos produtos, cada vez mais corremos perigo”, disse o governador, que aguarda reunião na próxima semana com a presidente Dilma Rouseff para tratar dessa e de outras questões referentes à competitividade do **PIM**.

Omar Aziz lembrou que o **Amazonas** já recorreu outras vezes em relação a incentivos de ICMS concedidos por São Paulo e também pelo governo do Paraná, que recuaram. “São Paulo recuou, mas depois reeditou o decreto de forma um pouco diferenciada, burlando o que o Supremo tinha decidido, mas dessa vez nos vamos tomar providências”, garantiu o governador.

O governador vai protestar junto à presidente ao que ele chama de luta desigual da **Zona Franca** de **Manaus** com outros Estados. Nesta quarta-feira, ele falou por telefone com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e voltou a cobrar providências contra os Estados de Santa Catarina e Espírito Santo, que estão importando condicionador de ar split da China sem cobrar ICMS. “Temos produção de split no **Amazonas** gerando mais de 100 empregos e nesses estados estão importando sem gerar nenhum emprego, sem gerar receita e desonerando ICMS”, reclamou o governador.

Prejuízos

A desoneração completa do imposto estadual em São Paulo prejudica à implantação de empresas produtoras de tablet no **PIM**. Nas últimas reuniões do Conselho de **Desenvolvimento** do **Amazonas** (Codam) foram aprovados cinco projetos para fabricar o produto, com investimentos da ordem de R\$ 405,3 milhões das empresas CBTD, Digibrás, Greenworld, Positivo e Samsung, que estimam gerar 220 empregos diretos.

Esta não é a primeira vez que o Estado tem de recorrer contra medidas que prejudicam a competitividade da **Zona Franca** de **Manaus**. Em 2006, o Governo do **Amazonas** entrou com uma ação discriminatória porque os celulares e monitores ao serem vendidos para São Paulo foram

sobretaxados em 11% , ficando com alíquota final de 18% quando o normal seria de 7%.

No ano passado, a montadora Kasinski desistiu de implantar uma nova fábrica no **PIM**, mesmo tendo o projeto aprovado pelo Codam e já tendo iniciado as contratações de

funcionários, porque recebeu vantagens fiscais concedidas pelo governador carioca Sérgio Cabral. O Estado do Rio de Janeiro reduziu a alíquota de 18 para 4% para as indústrias de veículos elétricos e estabeleceu em 2% o **ICMS** para os atacadistas de peças do setor.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Brasil quer que <u>Mercosul</u> barre <u>importados</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Brasil tenta, há alguns meses, obter a aprovação dos demais países do Mercosul para a possibilidade de sobretaxar produtos importados de fora do bloco em caso de uma invasão do mercado local. A proposta brasileira, feita ao Conselho de Comércio do Mercosul, não obteve respostas e nem despertou muito interesse nos demais sócios, apesar da cobrança feita pela presidente Dilma Rousseff na última Cúpula, em Assunção, em junho.

O governo brasileiro imaginava que a maior resistência viria do Paraguai e Uruguai, mas acreditava que a Argentina poderia apoiar a proposta, já que costuma reclamar do excesso produtos chineses em seu mercado. No entanto, o governo argentino também não deu mostras, até agora, de interesse no assunto, que deve voltar a ser discutido no encontro entre Dilma e a presidente Cristina Kirchner na visita que esta fará ao Brasil no próximo dia 29.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Entraves à expansão dos portos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A situação dos portos brasileiros, sobretudo a de diversos terminais de contêineres, exhibe um dos males que afetam o **desenvolvimento** dos sistemas de escoamento da **produção** e ameaçam criar um gargalo logístico que poderá frear o crescimento da economia e do **comércio** exterior do País. Trata-se do atraso na modernização das regras das operações portuárias, que impede a ampliação da atuação da iniciativa privada e já prejudica a necessária expansão do sistema portuário.

No caso dos terminais de contêineres, há uma demanda reprimida que cresce rapidamente, há necessidade de investimentos que se avalia em US\$ 10 bilhões em dez anos, há investidores privados dispostos a iniciar imediatamente programas de investimentos de pelo menos US\$ 6 bilhões. Mas pouco ou nada se faz, como mostrou reportagem de Renée Pereira publicada pelo Estado em 18/7. Questões legais e regulatórias geram incertezas e insegurança e paralisam os projetos de expansão dos terminais portuários.

Só no início da década de 1990, com a privatização dos serviços portuários, o transporte por contêineres começou a ter importância no **comércio** exterior brasileiro. Equipamentos automatizados que permitem a movimentação de dezenas de contêineres por hora substituíram os antigos guindastes nos principais portos do País, aumentando muito sua capacidade de movimentação de cargas. Entre 1999 e 2005 o volume de cargas movimentadas por contêineres triplicou.

Entre 2005 e 2010, o aumento da carga movimentada por meio de contêineres foi de 19%. No ano passado, de acordo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o órgão regulador do setor, a movimentação de contêineres atingiu 6,8 milhões de TEU (equivalente a um contêiner de 20 pés), contra 6,1 milhões em 2009 (aumento de 11,5%). Em peso, o total de cargas movimentadas por contêineres alcançou 74,6 milhões de toneladas, contra 65,4 milhões de toneladas em 2009 (mais 14,1%).

O crescimento já preocupa a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), que administra o Porto de Santos, o maior complexo portuário da América Latina. No ano passado, o volume movimentado no Porto de Santos foi

de 2,75 milhões de TEU, muito próximo de sua capacidade máxima, de 3,2 milhões de TEU por ano.

Usuários dos portos da Bahia estimam que, desde a privatização, a iniciativa particular investiu US\$ 2 bilhões nos terminais de contêineres. Mas, com o crescimento da demanda, teriam sido necessários US\$ 4 bilhões. Ou seja, já faltam US\$ 2 bilhões de investimentos para atender ao aumento da demanda. Se não houver segurança para os investidores, o déficit de investimentos poderá chegar a US\$ 10 bilhões até 2020.

Investimentos portuários são de longo prazo, de modo que, muitas vezes, quando um projeto é inteiramente concluído, servirá apenas para atender à demanda reprimida. O presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Wilen Manteli, calcula que a inadequação das regras de operação dos portos está represando investimentos de US\$ 6 bilhões de interessados em construir ou expandir terminais.

Um dos entraves aos investimentos apontados por esses investidores é a necessidade de movimentação de cargas próprias nos terminais de uso misto. Esses terminais, que podem operar cargas próprias e de terceiros, foram criados pela Lei dos Portos, de 1993, que abriu o caminho para a privatização. A Lei dos portos não fixa limites para uma ou outra modalidade de carga. A regulamentação baixada pelo governo, no entanto, exige a comprovação de movimentação de carga própria maior do que a de terceiros.

A decisão do governo de cobrar uma taxa que estava em desuso há décadas e certas exigências de desempenho econômico-financeiro para ampliações e de reformas de terminais já existentes, como se se tratasse de novos, são outros empecilhos apontados pelos investidores. São questões que o governo precisa rever com urgência, para não comprometer as operações portuárias.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO Pequenas empresas <u>exportam</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Três anos após a edição da Medida Provisória 429, o governo vai permitir repasses do Fundo de Garantia à **Exportação** para financiar as vendas externas de micro e pequenas empresas.

Microempresa terá crédito do Fundo de Garantia à **Exportação**

João Villaverde | De São Paulo

O **Governo Federal** finalmente vai permitir repasses do Fundo de Garantia à **Exportação** (FGE) para financiar as vendas externas de micros e pequenas empresas. Pouco mais de três anos depois da edição da Medida Provisória 429, de maio de 2008, que previa tal expediente, o **Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC)** deve anunciar hoje a extensão legal dos repasses às micros e pequenas empresas. A medida será acompanhada de um "**Exporta Fácil**" pela via marítima, aos moldes do que os Correios já oferecem. Foco de estudos do Departamento de Políticas de **Comércio** e Serviços do **MDIC**, comandado por Maurício do Val, as medidas devem ser anunciadas pelo ministro Fernando **Pimentel**, que participa da 19ª reunião plenária do fórum permanente das micros e pequenas empresas, em Brasília. Além de **Pimentel**, estarão presentes também os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e do Turismo, Pedro Novais, e também da presidente do grupo Magazine Luiza, Luiza Helena Trajano, sondada pela presidente Dilma Rousseff para ocupar a Secretaria das Micros e Pequenas Empresas, a ser criada nas próximas semanas.

Em estudo preparado pelo governo ao longo do primeiro semestre com empresários de micros e pequenas firmas, os técnicos do **MDIC** diagnosticaram os principais gargalos para embarcar produtos ao exterior. "Percebemos", diz Maurício do Val, "que as principais dificuldades são geradas devido à falta de conhecimento dos mecanismos que facilitam a **exportação**, como o drawback", afirma, em referência ao regime especial que reduz ou suspende impostos sobre a compra de insumos para bens que são **exportados**.

Além disso, afirma Val, há o "temor", por parte do micro e pequeno empresário, de que as receitas oriundas das **exportações** engordarão seus resultados a ponto de "expulsarem" as empresas do Simples. Já tramita, no Congresso, o Projeto de Lei (PL) 591, que exclui o resultado das **exportações** de micros e pequenas empresas do que é computado para o Simples. "Essa medida, além da disponibilização de recursos do FGE, dará um enorme impulso às **exportações** das micros e pequenas empresas", afirma Val. Gestor do FGE, o Banco Nacional de **Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)** foi procurado pela reportagem, mas sua assessoria não soube informar, até o fechamento desta edição, o volume de recursos do fundo.

Pesquisa realizada pelo Comitê de **Comércio Exterior** do Fórum Permanente das Micros e Pequenas Empresas, vinculado ao **MDIC**, concluiu que 44% das companhias nunca **exportaram**, e aquelas que **exportam** ou já **exportaram**, direcionam seus bens e serviços preferencialmente para Europa, Estados Unidos e países do **Mercosul**. Além das dificuldades operacionais para obtenção de financiamento, como a falta de documentação organizada para contrair empréstimos no **BNDES**, as empresas apontaram o desconhecimento de mecanismos como drawback e Programa de Financiamento às **Exportações** (Proex) como empecilho.

Val avalia, ainda, que há "um imenso caminho aberto" para empresas de serviços ampliarem suas **exportações**. "Trata-se de um setor que não tem a tradição de vender ao exterior que a indústria têm", afirma. De acordo com o diretor do **MDIC**, o papel do governo deve ser o de aumentar os canais de informação aos empresários de micros e pequenas companhias prestadoras de serviços.

"Falamos de um potencial que hoje é subaproveitado, e que, ao mesmo tempo, é rápido de ser construído, uma vez que os mecanismos de incentivo, como drawback e Proex, são os mesmos que utilizamos para a indústria", afirma Val. Segundo ele, o governo vai intensificar a "calibragem" de alíquotas de impostos para incentivar o embarque neste segundo semestre.

Além disso, o governo deve viabilizar a criação de uma espécie de um "**Exporta Fácil**" para embarcações, repetindo o

modelo que já é oferecido pelos Correios. "Vamos, neste segundo semestre, agilizar tudo aquilo que já está à disposição das médias e grandes empresas", diz Val, "nosso

esforço será concentrado na calibragem desses mecanismos para as micros e pequenas firmas".

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO Telas de LED dominam <u>mercado</u> de televisores		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Equipamentos: De dezembro a maio, vendas aumentaram 843%

Cibelle Bouças

Enquanto algumas tecnologias rapidamente fazem sucesso entre os consumidores, outras demoram a cair no gosto do público ou simplesmente desaparecem sem nunca chegar ao auge. No mercado de televisores, essa balança do apelo popular está pendendo claramente para o LED (sigla em inglês para diodo emissor de luz). A tecnologia está avançando mais rapidamente no varejo do que as todas as demais tecnologias de tela fina lançadas até agora.

Em dois anos, desde seu lançamento, as TVs de LED já representam 36,7% das vendas de telas finas no país, com venda mensal média pouco acima de 600 mil unidades, de acordo com a consultoria GfK Retail and Technology. As vendas de aparelhos de LCD levaram três anos para chegar a esse mesmo patamar, de acordo com a empresa.

A procura pelo LED foi mais intensa nos últimos meses. Entre dezembro de 2010 e maio deste ano, a participação das TVs de LED nas vendas totais do setor cresceu 10 pontos percentuais, segundo dados da consultoria. De janeiro a maio, as vendas de TVs de tela fina no varejo aumentaram 51% em volume, em comparação com o mesmo intervalo do ano passado. Mas enquanto as vendas de aparelhos de LCD aumentaram 6%, as TVs de LED tiveram uma expansão de 843% no período. O número de marcas oferecidas também aumentou significativamente neste ano, totalizando 9 marcas, contra 4 de um ano antes.

A diferença de preços entre o LED e o LCD convencional, que era de R\$ 1,5 mil há um ano, hoje não chega a R\$ 600

Um dos pontos que ajuda a explicar a reação do público é a queda no preço dos aparelhos, proporcionada em parte pela produção local dos equipamentos. Balanço divulgado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), principal polo de fabricação de televisores no país, mostra que de janeiro a maio foram produzidos 3,429 milhões de TVs de tela fina, volume 13,46% superior ao do mesmo período do ano passado. Desse total,

628 mil foram de aparelhos com tecnologia LED, 36% acima do volume fabricado nos cinco primeiros meses de 2010. O número de fabricantes na Zona Franca também aumentou. Há um ano, Panasonic, Semp Toshiba e Samsung fabricavam aparelhos com a tecnologia no país. Atualmente, somam-se a esses fabricantes a AOC e a Philips.

Até maio, quem puxou o crescimento nas vendas de televisores no país foi a categoria LED, que apresentou mais ganhos de produtividade e queda de preços no período, afirma Marcio Portella Daniel, diretor de eletrônicos de consumo da Samsung.

O executivo estima que as vendas de TVs de LED vão superar 50% do mercado total de televisores de tela fina no Brasil já neste semestre. Ele prevê incremento de 25% no mercado de TVs no país no ano e expansão pouco acima desse patamar nas vendas da Samsung.

A Philips trabalha com projeções semelhantes, de acordo com Eduardo Junqueira, diretor sênior de marketing da divisão de consumo da companhia. Ele estima que as vendas de TVs crescerão 25% no ano. Para a companhia, a expectativa é de que a participação dos aparelhos de LED aumente de 40% para 50% das vendas totais de televisores neste ano.

Entre os fatores que estimulam as vendas, afirma Junqueira, estão a qualidade da imagem, economia de energia e design (as telas de LED são mais finas que as de LCD convencionais). Arelada a esses fatores, a diferença de preço entre o LCD convencional e o LED ficou menor. Nos últimos meses, o consumidor brasileiro começou a ver benefícios em pagar mais para ter a tecnologia LED, afirma o diretor da Philips.

Conforme o estudo da GfK, o preço médio das TVs de LED 32 polegadas (o modelo mais popular em volume de vendas) recuou 39% em 12 meses até maio, para R\$ 1.742 - valor similar ao cobrado no varejo pelos aparelhos com tela de cristal líquido. Os equipamentos de LCD do mesmo tamanho tiveram uma redução de 21% nos preços.

Fernanda Summa, gerente de produtos da LG, observa que a diferença de preços entre as duas tecnologias, que era de R\$ 1,5 mil há um ano, hoje não chega a R\$ 600. Essa

aproximação nos preços ajuda a promover uma rápida migração do LCD para o LED, afirma a executiva. Ela também observa que a tecnologia LED permite aos fabricantes desenvolver aparelhos de TV mais finos e com melhor definição de imagem, o que também atrai a atenção do consumidor.

De acordo com a executiva, as vendas da LG de aparelhos LED aumentaram 400% neste ano, enquanto as TVs de tela fina em geral apresentaram uma expansão de 60% até maio. A empresa não divulga projeções de suas vendas para o ano. Para o mercado como um todo, a LG estima que as vendas de TVs de tela fina vão totalizar 9,7 milhões de unidades no ano, sendo que os aparelhos de LED representarão 45% do total, ou 4,4 milhões de unidades. No ano passado, as vendas de LED totalizaram 700 mil unidades e representaram 12% do mercado total de TVs de tela fina.

Um ponto citado pelos fabricantes, que ainda influencia pouco o consumidor brasileiro, mas exerce um efeito decisivo nas vendas internacionais, é a economia de energia proporcionada pela tecnologia LED em comparação com as telas de LCD convencionais. Uma pesquisa da DisplaySearch baseada no tempo médio de uso diário de TV indica que, nos países da União Europeia, a economia de energia com a adoção da TV de LED em 1,9 ano é suficiente para pagar o valor investido na compra desse aparelho. Nos Estados Unidos, a tecnologia se paga em 5,1 anos e na China, em 12,2 anos.

A diferença de preços entre o LED e o LCD convencional, que era de R\$1,5 mil há um ano, hoje não chega a R\$ 600

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Kasinski prepara mais um turno na fábrica de <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Motos: Plano é dobrar a produção e tirar mercado de Honda e Yamaha

Eduardo Laguna

Após triplicar as vendas neste ano, a fabricante de motocicletas Kasinski - pertencente ao grupo chinês Zongshen e ao empresário brasileiro Claudio Rosa - começa a se mexer para aumentar a atividade de sua fábrica em Manaus, que entrou em operação há menos de um ano.

Segundo Rosa, a montadora quer iniciar já no primeiro trimestre do ano que vem o segundo turno de produção nas linhas de motos mais populares. O novo turno, diz, permitirá à Kasinski produzir a um ritmo de 10 mil a 12 mil motocicletas por mês, o dobro do volume atual.

Com vendas de 26,31 mil motos entre janeiro e junho - três vezes acima das 8,85 mil unidades do mesmo período de 2010 -, a Kasinski cresceu mais que a concorrência e mordeu 2,5% do mercado de duas rodas, chegando ao quarto lugar entre as marcas mais vendidas no país.

Há um ano, a participação de mercado da companhia era de apenas 1%, segundo levantamento de vendas no atacado - das montadoras para as revendas, feito pela Abraciclo, entidade que abriga os fabricantes de motocicletas.

Os planos da montadora, contudo, são mais ambiciosos do que as marcas já atingidas. Até 2020, a Kasinski acredita ser possível chegar a 14% do mercado, com vendas projetadas em aproximadamente 640 mil motos. Já neste ano, a expectativa é de 60 mil a 70 mil unidades, passando para a faixa de 130 mil a 140 mil em 2012.

As metas partem da premissa de que o crescimento de demanda será acompanhado por uma nova distribuição do mercado nos próximos anos, com queda de participação das japonesas Honda e Yamaha - atualmente responsáveis por 79,4% e 11,6% das vendas, respectivamente. Em outros mercados no exterior, esse nível de concentração não existe mais, comenta Rosa.

Diante de perspectivas tão positivas, a Kasinski concentra-se no momento na construção de um complexo industrial que vai substituir a atual fábrica em Manaus. Esse

complexo, desenvolvido no Distrito Industrial da capital, terá capacidade anual para fazer 180 mil motos por turno.

O projeto está com um ano de atraso em relação a seu cronograma inicial e o início das operações, antes previsto para outubro de 2012, só deverá acontecer no fim de 2013. Os trabalhos de terraplenagem só tiveram início neste mês. O novo prazo da fábrica é atribuído a dificuldades na liberação do licenciamento ambiental.

Paralelamente, a Kasinski tenta atrair para perto da instalação alguns dos fornecedores de peças que já suprem a Zongshen na China. Está sendo promovida no país uma rodada de encontros com 18 deles, na tentativa de convencê-los a investir no Brasil.

A fabricante ainda consome o investimento inicial de US\$ 80 milhões liberado pelos controladores na época da aquisição da Kasinski, em julho de 2009. O montante inclui também o aporte em uma fábrica de motocicletas e bicicletas elétricas em Sapucaia (RJ), cuja inauguração é aguardada até o fim do ano.

A direção da montadora aponta que mais dinheiro será necessário para levar a cabo o plano de expansão, dado que só o complexo industrial deverá consumir algo próximo de US\$ 50 milhões. Apesar disso, Rosa afirma que a liberação de recursos não constitui um grande obstáculo porque o Brasil, com suas perspectivas de crescimento, é visto com prioridade nos planos de expansão internacional da Zongshen.

O desenho do novo complexo já contempla uma futura expansão de capacidade, dobrando a capacidade da fábrica para 360 mil motos por turno, possivelmente a partir de 2016. Assim, a Kasinski vê a possibilidade de também exportar suas motos para mercados das Américas, em linha com a estratégia da Zongshen de organizar sua atuação em blocos continentais.

Esse passo, no entanto, dependerá das condições para o produto brasileiro concorrer no exterior, bastante fragilizadas no momento por conta da valorização do real. Se não tiver competitividade hoje, vai ter daqui a dois ou três anos. Mas a ideia é usar o site brasileiro (para as exportações), afirma.

Para Rosa, as importações de manufaturados da China tendem a ficar menos atraentes com o encarecimento dos custos de matérias-primas, mão de obra e logística, aliado à valorização do yuan decorrente de uma gradual distensão na política cambial chinesa.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Inflação mais longe do controle		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

APOSTA ARRISCADA

BC sobe juro em 0,25 e pode interromper ciclo de altas.
Centro da meta fica para 2013

Martha Beck

Wagner Gomes

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu ontem, por unanimidade, fazer nova elevação de 0,25 ponto na Taxa Selic, que chegou a 12,5% ao ano - maior patamar desde janeiro de 2009, após a quinta alta consecutiva. O BC, no entanto, surpreendeu o **mercado** ao indicar que o ciclo de alta dos juros pode ter chegado ao fim. Analistas consideram arriscada esta opção e acreditam ser difícil que a autoridade monetária consiga levar a inflação ao centro da meta de 4,5% pelo IPCA em 2012.

Economistas, com isso, acreditam que o centro da meta só seja alcançado em 2013. Fontes do BC, no entanto, garantem que a previsão é que as medidas de aperto monetário que começaram a ser tomadas no fim do ano passado possam produzir resultados significativos no segundo semestre deste ano. Por isso, o BC poderia afrouxar as altas de juros em breve.

Após as reuniões de abril e junho, os comunicados deixavam claro que o aperto nos juros seria realizado pelo período que fosse necessário para fazer a inflação convergir para o centro da meta em 2012. Ontem, porém, o texto foi breve e disse apenas que a nova elevação da Selic foi considerada necessária "neste momento".

"Avaliando o cenário prospectivo e o balanço de riscos para a inflação, o Copom decidiu, por unanimidade, neste momento, elevar a taxa Selic para 12,5% ao ano, sem viés", afirma o comunicado. Segundo o estrategista do Banco WestLB, Roberto Padovani, a mudança no tom é significativa:

- O fato de o BC ter tirado do texto a expressão "por um período suficientemente prolongado" de alta dos juros e incluído "neste momento" chama a atenção. As duas coisas combinadas estão dizendo que o BC indica a possibilidade de não elevar os juros em agosto - disse Padovani - O BC realmente está correndo riscos, mas o comunicado não é

definitivo. Deixou a porta aberta para eventualmente fazer uma pausa na elevação dos juros.

O economista-chefe da Máxima Asset Management, Elson Telles, ressalta que o BC deveria manter a alta dos juros se quiser manter o objetivo de fechar 2012 com o IPCA dentro da meta. Para ele, mesmo que o BC decida subir a Selic mais uma vez na próxima reunião, ele já estará mirando 2013.

- Com Selic de 12,75%, o BC não entrega o centro da meta em 2012. Ele pode deixar para fazer isso em 2013.

A Austin Rating revisou a estimativa para a Selic de agosto (a próxima reunião é nos dias 30 e 31): passou a apostar em estabilidade, e não mais em nova alta de 0,25 ponto. Mas a agência ressaltou que a divulgação da ata do Copom, na próxima semana, será "**importante**" para que nosso cenário prospectivo seja revisado". Já o Santander manteve a aposta em mais duas altas, com a Selic fechando 2011 a 13%.

- A resposta será concentrada no segundo semestre. O BC está convicto de que a resposta (à política monetária) virá em linha com as previsões apresentadas no Relatório de Inflação, de que os índices cairão a partir de agora - afirmou uma fonte.

De oito analistas ouvidos pelo GLOBO, só dois acreditam que o centro da meta, de 4,5%, poderá ser alcançado em 2012. Para o economista do Banco Espírito Santo (BES), Flávio Serrano, a política monetária implementada não foi suficiente para domar a inflação.

- Em agosto, a inflação mensal rodará em 0,25%, o que, pelos sinais do BC, significa que já dá para encerrar o ciclo de alta - disse Serrano.

Segundo o economista da consultoria Tendências Silvio Campos Neto, a pressão inflacionária de 2011 - que fará com que o IPCA de 12 meses fique em torno de 7% já em agosto - tende a ser levada para 2012 e ainda se agravar por conta de fatores como o reajuste do salário mínimo e as negociações para aumentos no funcionalismo público.

- As expectativas ainda estão desancoradas e o cenário de inflação para o ano que vem não é positivo. Por

isso, o BC deveria manter o ciclo de alta dos juros por mais tempo - afirma Campos.

IPCA-15 ficou em 0,10% em julho

Para Padovani, do WestLB, o BC ainda tem condições de fazer com que a inflação caminhe para o centro da meta em 2012 (de 4,5%). Um dos fatores que podem contribuir para esse quadro são a desaceleração da economia - que já começa a dar algum sinal - e uma eventual queda nos preços de commodities.

Para a economista Silvia Matos, da FGV-RJ, mais duas altas da Selic, em agosto e outubro, podem levar a inflação a um patamar mais razoável em 2012, mas não para o centro da meta. Na previsão da MCM Consultores Associados, o IPCA ficará entre 5,5% e 5,8% em 2012. Já o banco WestLB aposta em inflação de 4,8% no ano que vem e a BES

Investimento, de 4,8%. Também acima da meta, aparecem MB Associados (5,3%), Tendências (5,2%) e Santander (6%).

A alta gradativa dos juros traria a inflação de volta ao centro da meta só no fim de 2012, segundo o Bradesco, que espera que a Selic passe para 12,75% até o fim deste ano.

A alta da Selic ocorreu no dia em que a inflação surpreendeu positivamente o **mercado**: o IPCA-15 de julho foi de 0,10%, no piso das expectativas, que iam de 0,10% a 0,22%. O índice é uma prévia do IPCA, da meta do governo. Em junho, o índice ficara em 0,23%.

- Teremos pressões em 2012, que começa com um forte aumento do salário mínimo. Vejo o próximo ano com pressão inflacionária muito parecida com a que ocorreu em 2011 - disse Silvio Paixão, da Novinvest.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Brasil continua a ter o juro real mais elevado do mundo, de 6,8%		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

APOSTA ARRISCADA: São poucas as chances de o país sair do topo do ranking

Taxa é quase três vezes maior do que a da Hungria, segundo colocado

Wagner Gomes

SÃO PAULO. A decisão do Banco Central (BC) de aumentar a Selic para 12,50% ao ano consolidou o **Brasil** no topo da lista de países com os maiores juros reais do mundo. Segundo projeção da Cruzeiro do Sul Corretora, com o aumento de 0,25 ponto percentual na taxa básica, o **Brasil** passa a ter juros reais (que descontam a inflação projetada para os próximos 12 meses) de 6,8%.

Em segundo lugar vem a Hungria, com taxa real de 2,4%, seguida pelo Chile, com 1,8%. O ranking tem ainda Austrália (1,4%), México (1,2%), Indonésia (1,1%) e Colômbia (1%). Na outra ponta, aparecem Venezuela (-6,1% de juros reais), Hong Kong (-4,5%), Cingapura (-4,3%), Inglaterra (-3,6%), Estados Unidos (-3,2%) e Canadá (-2,6%). A pesquisa considerou as 40 principais economias do mundo, com uma taxa média de -0,8%.

Pelos cálculos do analista Jason Vieira, da Cruzeiro do Sul, o **Brasil** só perderia o posto de economia com maior taxa se o Copom tivesse decidido cortar em cinco pontos percentuais a Selic, o que levaria a taxa real para 2,3% ao ano. Nesse caso, a Hungria ficaria em primeiro lugar. O **Brasil** lidera o ranking dos países com maiores juros reais desde janeiro de 2010. Entre março e dezembro de 2009, o país perdeu a primeira posição para Turquia e China.

- A possibilidade de sair dessa posição é pequena, pelo menos a curto prazo. A preocupação do **Brasil** com a inflação faz com que o país não consiga se libertar da amarra do aperto monetário - disse Vieira.

Impacto no crédito

será de no máximo 0,35%

Ainda segundo o analista, a memória inflacionária faz o BC puxar para cima as taxas de juros. Mas o melhor seria

cortar os gastos públicos. Para Vieira, é incompatível um crescimento acelerado do país, como quer o governo, com taxas de juros tão altas. Ele defende outras medidas, além do aumento de juros, para fazer um aperto monetário e segurar a inflação. De acordo com o analista, elevação do compulsório e medidas de restrição ao crédito poderiam suprir a necessidade de aperto monetário do governo.

A elevação da taxa básica para 12,50% terá um efeito pequeno nas operações de crédito no varejo, dada a magnitude dos juros atuais para o consumidor. Segundo a Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), a taxa média passará de 6,8% para 6,82% ao mês. Isso corresponde a uma variação de 120,71% em 12 meses).

Na hipótese de repasse integral da nova Selic, o juro do cartão de crédito deverá ser reajustado em 0,19%, para 10,71% ao mês, enquanto as taxas no **comércio** vão avançar 0,35%, para 5,68% ao mês. Já a taxa do cheque especial ficará 0,25% mais alta (8,12% ao mês) e a do empréstimo pessoal pelas financeiras, 0,22% (9,32% ao mês). Proporcionalmente, a maior alta vai para o financiamento de automóveis, que subirá 0,43%, para 2,36% ao mês.

Pelos cálculos da Anefac, a prestação de uma geladeira financiada em 12 meses, por exemplo, ficaria R\$2,28 mais alta com a elevação do juro. O preço total financiado passará de R\$2.107,20 para R\$2.109,48. Para utilizar mil reais do cheque especial por 20 dias, o cliente pagará R\$0,13 a mais com a nova taxa. O juro do período, que estava em R\$54, ficará em R\$54,13. No cartão de crédito, o juro cobrado para a utilização do rotativo de mil reais por 30 dias será de R\$0,20 no mês. Com a nova Selic, o juro total será de R\$107,10, e não mais R\$106,90.

	VEÍCULO ÚLTIMO SEGUNDO		EDITORIA
	TÍTULO PIMentel diz que nova política industrial será lançada no dia 2		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Os produtos manufaturados com valor agregado mais alto serão o principal foco da Política de **Desenvolvimento** da Competitividade (PDC), afirmou hoje o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior, Fernando **PIMentel**. Segundo ele, a PDC será lançada no dia 2 de agosto pela presidente Dilma Rousseff, que detalhará os incentivos da nova política. **PIMentel** disse que não haverá destaque para um ou outro setor específico. "Mas os manufaturados em geral, com valor agregado mais elevado, serão o enfoque da PDC", disse.

Veja também: - Governo vai desonerar compra de máquinas - **PIMentel** diz que nova política industrial vai desonerar inovação

Questionado sobre se há preocupação com uma possível desindustrialização no País e com a pauta **exporta**dora mais centrada em commodities (matérias-primas), **PIMentel** disse que não enxerga um processo de redução das indústrias no **Brasil** e afirmou que as commodities "seguram

bem" a balança comercial. "Não podemos ter só commodities, pois a empregabilidade é baixa no setor", afirmou.

PIMentel falou com a imprensa após solenidade em que foi homenageado com a condecoração "Mérito Santos Dumont", em comemoração do 138º Aniversário do Marechal-do-Ar Alberto Santos-Dumont, na Base Aérea de Brasília.

	VEÍCULO AGÊNCIA ESTADO		EDITORIA
	TÍTULO PIMentel: nova política industrial será lançada no dia 2		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASÍLIA - Os produtos manufaturados com valor agregado mais alto serão o principal foco da Política de **Desenvolvimento** da Competitividade (PDC), afirmou hoje o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIMentel**. Segundo ele, a PDC será lançada no dia 2 de agosto pela presidente Dilma Rousseff, que detalhará os incentivos da nova política. **PIMentel** disse que não haverá destaque para um ou outro setor específico. "Mas os manufaturados em geral, com valor agregado mais elevado, serão o enfoque da PDC", disse.

Questionado sobre se há preocupação com uma possível desindustrialização no País e com a pauta **exportadora** mais centrada em commodities (matérias-primas), **PIMentel** disse que não enxerga um processo de redução das indústrias no **Brasil** e afirmou que as commodities "seguram

bem" a balança comercial. "Não podemos ter só commodities, pois a empregabilidade é baixa no setor", afirmou.

PIMentel falou com a imprensa após solenidade em que foi homenageado com a condecoração "Mérito Santos Dumont", em comemoração do 138º Aniversário do Marechal-do-Ar Alberto Santos-Dumont, na Base Aérea de Brasília.

	VEÍCULO VEJA ONLINE		EDITORIA
	TÍTULO CNI quer medidas para amenizar efeitos de juros altos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

São Paulo - A Confederação Nacional da Indústria (CNI) cobroudo governo medidas que amenizem os efeitos da alta da taxa de juros sobre a competitividade da indústria nacional. Em comunicado divulgado após a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (que subiu a taxa Selic de 12,25% para 12,50% ao ano), a CNI criticou a decisão. "Quanto mais essas ações demorarem, maiores serão os prejuízos para o país. Por isso, a indústria espera a inclusão de medidas efetivas de desoneração tributária na nova fase da política industrial", diz a nota.

Para a CNI, ao elevar a taxa básica de juros em 0,25 ponto porcentual, o governo intensifica o uso de instrumentos monetários no combate à inflação. "O custo dessa política é muito alto, especialmente para a indústria, porque o aumento dos juros encarece o crédito e diminui o consumo. Além disso, com a taxa real de juros mais alta do mundo, o Brasil atrai capital externo, o que intensifica a forte valorização do real diante do dólar. Com juros altos e câmbio valorizado, os produtos brasileiros não conseguem competir com os estrangeiros e perdem espaço nos mercados interno e externo", ressalta a nota.

Força Sindical

O presidente da Força Sindical, o deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho, avaliou, em nota, que a decisão do BC "agrada o mercado financeiro" e prejudica a busca dos trabalhadores por "um aumento de renda real". O presidente da entidade lembrou que o controle da inflação é essencial, mas repudiou o que chamou de "política que traz lucros vultosos apenas aos especuladores, em detrimento da maioria".

"Nós repudiamos esta atitude do Copom de ignorar os custos desta política para a população", criticou. "Nós também não engolimos o discurso de que aumento real de salário gera inflação", acrescentou. O deputado federal ressaltou que a Força Sindical defende medidas que reduzam a desigualdade de renda entre os brasileiros. "E a elevação da Selic só prejudica esta caminhada em busca do aumento de renda real dos trabalhadores", frisou.

	VEÍCULO CONVERGÊNCIA DIGITAL		EDITORIA
	TÍTULO Desoneração da folha fica fora da lista de prioridades da política industrial		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O momento é para tirar o sono das empresas de software, principalmente, para as que atuam no mercado de serviços e para a indústria do setor eletroeletrônico.

O secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Alessandro Teixeira, foi bem pessimista e colocou a desoneração da folha de pagamento quase fora do anúncio oficial da Política de Desenvolvimento da Competitividade - PDC - que marcará as regras de política industrial do governo Dilma Rousseff.

Em entrevista à Agência Brasil nesta quarta-feira, 20/07, Teixeira revelou que o texto da PDC está pronto, faltando apenas uma revisão da presidenta Dilma Rousseff para bater o martelo sobre as medidas. "A presidenta quer ver o custo-benefício da política ao máximo. Quanto custa, quanto vai dar de resultado. Posso afirmar que essa política tem a melhor maximização que a gente viu até hoje, por causa da gestão forte".

Sobre a desoneração da folha, Teixeira foi bastante cauteloso. "Eu não esperaria ter desoneração da folha nesse primeiro momento", disse. "A política industrial não é só desoneração, pelo contrário, política industrial moderna usa menos desoneração e mais política focada", acrescentou.

Vale lembrar que a Fazenda sempre resistiu a medida e, agora, a própria Previdência Social também se mostra

bastante temerosa com a possibilidade de vir a perder receita. Sem acerto na parte de medidas financeiras, a estrutura da PDC - que, agora, está prevista para ser anunciada no dia 02 de agosto - prevê ainda aumento do nível de investimento, desdobramento do conceito de inovação - da redação de um novo marco legal até o seu financiamento - e exportações.

"Esses são elementos centrais para a competitividade da indústria", frisou Teixeira. De forma direta, para o Brasil ser competitivo precisa inovar cada vez mais, porque continua gerando novos produtos e atendendo ao mercado. Segundo ainda o secretário, a nova política deverá otimizar diferentes setores.

"Estamos formulando uma política ampla. Não é uma política industrial estanque. Sabemos que se tiver agregação de valor, se consegue exportar mais, mas para isso precisa ter mais investimento. Por isso não é um ponto, mas vários pontos", completou.

	VEÍCULO FISCOLEX / NOTÍCIAS		EDITORIA
	TÍTULO SUFRAMA E SEBRAE/AM APOIAM PARTICIPAÇÃO DE 17 EMPRESAS REGIONAIS NA 7ª NATURAL TECH		
	ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL

Com o objetivo de proporcionar às micro e pequenas empresas da Região a oportunidade de conhecer novas tendências de mercado, assistir a fóruns e palestras, entrar em rodadas de negócios e criar possibilidades de parcerias e de negócios de exportação por meio da exposição de produtos, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (**SUFRAMA**), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/AM), está apoiando a participação de dezessete empresas, associações e cooperativas dos Estados do Amazonas e de Rondônia na 7ª Feira Internacional de Produtos Orgânicos e Agroecologia (Natural Tech) e 7ª Bio Brazil Fair (Feira Internacional de Alimentação Saudável, Produtos Naturais e Saúde), que serão realizadas no período de 21 a 24 de julho, na Bienal Ibirapuera, em São Paulo.

A **SUFRAMA** e o Sebrae/AM disponibilizaram um estande onde as empresas regionais poderão expor artesanatos, cosméticos, acessórios, alimentos, fitoterápicos e biojoias. As empresas que estarão presentes no estande são: Associação Nova Recordação; Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru - COMAPEM; Associação dos Produtores Rurais do Baixo Urucurituba - UPRUBU; Pharmakos da Amazônia; Bombons Finos da Amazônia; Cooperação Mista Agroextrativista Sardinha - ASPAC; So Hervas; Amazonia Emporio Sustentável; União das Mulheres Artesãs Indígenas do Médio Rio Negro - UMAI; Guaranamazon; Licores da Amazônia; Arecaceae Biojóia; Harmonia Nativa; Gotas da Amazônia; Amazongreen. O Estado de Rondônia mostrará suas potencialidades regionais, no segmento de cosméticos e fitoterápicos, por meio das empresas Essenz e Ômegas Amazônia.

A participação da **SUFRAMA** no evento tem o objetivo de promover o modelo ZFM, atrair investimentos para o Polo Industrial de Manaus (PIM) e divulgar as potencialidades da Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia, e as Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Amapá).

Dentro da programação da Natural Tech, a **SUFRAMA** também participará do 7º Fórum de Agricultura Orgânica e Sustentável - Módulo Sustentabilidade, em parceria com a

ADS. Na ocasião, o diretor de Negócios Florestais da ADS, Fernando Ribeiro Guimarães, apresentará o tema Produção Orgânica do Extrativismo no Estado do Amazonas, com a participação da coordenadora-geral de Desenvolvimento Regional da **SUFRAMA**, Eliany Gomes.

Considerada a principal exposição do setor de produtos naturais, a Natural Tech é o lugar ideal para promover os mais recentes estudos e lançamentos em alimentos funcionais e saudáveis. Ao longo dos anos a feira também se tornou um espaço importante para produtos nas áreas de saúde e beleza. O evento reúne um amplo número de compradores qualificados que formam grandes canais de distribuição da indústria de produtos naturais.

FIAM 2011

Além de promover as potencialidades da Amazônia Ocidental e dos produtos regionais, a **SUFRAMA** também aproveitará a 7ª Natural Tech para divulgar a sexta edição da Feira Internacional da Amazônia (FIAM 2011), que acontecerá de 26 a 29 de outubro, no Studio 5 - Centro de Convenções, em Manaus, e terá como tema Amazônia e você, o encontro é aqui.

Uma das grandes expectativas para esta edição do evento é o ciclo de atividades voltadas à promoção dos produtos orgânicos regionais, que inclui o lançamento da Amazoncerti, primeira empresa certificadora da Região Norte; o espaço destinado exclusivamente à exposição dos produtos orgânicos e naturais da Amazônia; e o seminário "Produção Orgânica: Organização produtiva versus Perspectiva de Negócios na Amazônia".

A Feira também apresenta em sua programação o Salão de Empreendedorismo Inovador, a jornada de seminários com temas estratégicos para o desenvolvimento regional e que visam difundir conhecimentos gerais sobre a Amazônia, bem como gerar subsídios para a orientação de políticas públicas; e o Pavilhão Amazônia - espaço destinado à exposição e comercialização de produtos da região.

Para esta edição, a expectativa é que aproximadamente 400 expositores participem do evento. Dos 140 estandes que serão disponibilizados, aproximadamente

80% já foram comercializados e os outros 20% estão em fase | de negociação.

	VEÍCULO PORTAL A CRITICA		EDITORIA
	TÍTULO Produção de tablets: Amazonas vai ao Supremo contra SP		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Governo do Estado considera inconstitucional o incentivo oferecido por São Paulo já que o mesmo não foi aprovado no Confaz

O Governo do **Amazonas** vai entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o Governo de São Paulo em face do decreto 57.144/11, que desonera a comercialização de tablets fabricados naquele Estado.

Ocorre que há menos de um mês, o STF decidiu que qualquer incentivo de **ICMS** só poderia ser concedido após aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne secretários de Fazenda de todas as unidades da Federação.

Na prática, o decreto paulista elimina a incidência do imposto, incentivando a **produção** de tablets em São Paulo. Com esse incentivo, o Estado do Sudeste adquire uma grande vantagem na atração de fabricantes desses equipamentos, em detrimento de outros centros produtivos, principalmente, a **Zona Franca** de **Manaus**. O decreto, assinado pelo governador Geraldo Alckmin, foi publicado na edição desta terça-feira, no Diário Oficial de São Paulo.

Vale ressaltar que o Polo Industrial de **Manaus** já conta com projetos aprovados visando a fabricação de tablets: as empresas Samsung e Positivo Informática, por exemplo, tiveram seus projetos aprovados na última reunião do Conselho de **Desenvolvimento** do Estado do **Amazonas** (Codam), que avalia a concessão de incentivos fiscais de **ICMS** no Estado.

A concessão de incentivos fiscais por outros Estados sempre foi combatida pelos defensores da **Zona Franca** sob o argumento de que a Constituição Federal garante ao modelo a exclusividade nessa ferramenta de **desenvolvimento**.

Na ação que está sendo preparada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), com auxílio da Secretaria Estadual de Fazenda (Sefaz), o Governo do **Amazonas** vai sustentar que a medida é ilegal, tanto na forma, por não ter sido submetida ao Confaz, quanto no conteúdo, porque não pode haver regime de tributação diferenciado para um mesmo produto.

Omar Aziz lembrou que o **Amazonas** já recorreu outras vezes em relação a incentivos de **ICMS** concedidos por São Paulo e também pelo Paraná. "São Paulo recuou, mas depois reeditou o decreto de forma um pouco diferenciada, burlando o que o Supremo tinha decidido", disse o governador.

Em conversa com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o governador Omar Aziz cobrou providências contra os Estados de Santa Catarina e Espírito Santo, que estão **importando** condicionador de ar split da China sem cobrar **ICMS**.